



**CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)**  
**Ata da 56ª reunião, realizada em 20 de outubro de 2017**

1 Em 20 de outubro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de  
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto  
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representantes dos usuários de recursos  
7 hídricos. Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de  
8 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
9 (Arsae); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais  
10 (Cemig); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária  
11 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação  
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do  
13 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da  
14 Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Leonardo  
15 Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de entidades  
16 da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da  
17 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Patrícia  
18 Generoso Thomaz Guerra, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês  
19 de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho  
20 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Carlos  
21 Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas);  
22 Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da  
23 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**  
24 **ABERTURA.** O presidente ad hoc Carlos Alberto Santos Oliveira declarou  
25 aberta a 56ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. **2)**  
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Antônio Giacomini  
27 Ribeiro: “Nós fizemos uma reunião do Conselho na semana passada, no dia 16,  
28 e foi deliberado que viria para a CTIG o projeto que estava em pauta. Nós já  
29 tínhamos esta reunião marcada e recebemos outra (convocação) para a terça-  
30 feira que vem. Foi muito ruim para nós que viemos de longe, inclusive, com  
31 despesa do Estado e pessoal, além do tempo, pois deixamos afazeres e tudo.  
32 Poderíamos ter adiado esta reunião de hoje para a próxima terça-feira, e  
33 faríamos tudo. Só para registrar e pedir à direção para tomar mais cuidado e  
34 haver mais um planejamento global da situação.” **3) PROCESSO**  
35 **ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E**  
36 **DELIBERAÇÃO. 3.1) EPO Empreendimentos Participações e Obras Ltda.**

37 **Nova Lima/MG. Processo de outorga nº 03206/2009. Canalização do**  
38 **córrego estrangulado para fins de urbanização. Apresentação: IGAM.**  
39 Outorga concedida por maioria nos termos do parecer técnico do IGAM. A  
40 Presidência registrou votos contrários dos conselheiros representantes do  
41 Fonasc e da UFMG e abstenção do conselheiro representante da Angá. A  
42 Presidência indicou a conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo para relatar o  
43 processo na reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.  
44 Antes da votação da outorga, a Presidência submeteu à votação da CTIG a  
45 proposta apresentada pela conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra para  
46 que o processo fosse baixado em diligência com o objetivo de serem prestados  
47 ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas os esclarecimentos solicitados ao  
48 empreendedor por aquele colegiado. A proposta de baixa em diligência foi  
49 rejeitada por maioria. A Presidência registrou dois votos favoráveis à baixa em  
50 diligência: dos conselheiros representantes do Fonasc e da UFMG.  
51 **Transcrição integral das discussões. Lucas Martins Sathler Berbert/IGAM:**  
52 “Boa tarde a todos. Como foi dito, eu vou falar do processo de outorga  
53 3206/2009, da EPO - Empreendimentos Participações e Obras Ltda. A  
54 intervenção está localizada em Nova Lima. O responsável técnico é Marcílio  
55 Felício Pereira. Modo de uso: canalização. Objetivo: urbanização. A canalização  
56 se encontra implantada desde 2008, conforme informado no formulário técnico.  
57 O curso de água, na verdade, é o afluente sem nome do córrego Estrangulado.  
58 Tem extensão de 395 m, com uma área de drenagem de 0,69 km<sup>2</sup>. E o material  
59 é concreto armado, a canalização. O histórico é que, em 2011, foi emitido o  
60 parecer jurídico informando que a documentação do processo se encontra em  
61 conformidade com o exigido para requerimento de outorga de direito de uso das  
62 águas. A análise técnica foi feita para comparação e comprovação dos estudos  
63 apresentados. A equipe técnica da GPDRH/IGAM realizou um estudo para  
64 identificar a vazão de pico do projeto e a vazão de máxima que suporta a  
65 estrutura em análise. Utilizando a hipótese de escoamento uniforme,  
66 demonstraram que a canalização do canal, proposta, está de acordo com a  
67 vazão de pico do projeto calculada, bem como a capacidade hidráulica do  
68 mesmo. Continuando a análise técnica. ‘Conforme os dados apresentados, a  
69 estrutura suporta uma vazão de até 23,2 m<sup>3</sup>/s’, sendo superior à vazão de pico,  
70 de 10,08 m<sup>3</sup>/s. Com isso, a estrutura está adequada. Esses foram os dados que  
71 nós fizemos de comparação. Foi utilizado o software Sistema para Cálculo de  
72 Componentes Hidráulicos SisCCoH 1.0, para calcular a vazão que a estrutura  
73 suporta, o método racional para cálculo de vazão de pico e a equação de  
74 Giandotti para cálculo de tempo de concentração. ‘Cabe esclarecer que o  
75 Instituto Mineiro de Gestão das Águas não possui responsabilidade técnica  
76 sobre os projetos do Sistema de Controle de Enchentes liberados para  
77 implantação, sendo que a execução, operação e comprovação da eficiência  
78 desses é de inteira responsabilidade da própria empresa e de seus  
79 responsáveis técnicos. Ressalta-se que a outorga em apreço não dispensa nem

80 substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis’.  
81 Aqui está a localização no mapa do Siam, o final da intervenção, a área de  
82 drenagem. Pela visão do Google Earth, o início e o final. É uma rua, que, na  
83 verdade, a canalização está dentro da rua, subterrânea. Tem o início e o fim. No  
84 dia 22/8/2017, eu fui lá fazer vistoria, para verificar. O início da canalização, a  
85 galeria. Também chega um córrego, que também vai para a canalização. E a  
86 saída da canalização. É 1,5 m x 1,5 m, de largura e de altura. E o leito natural  
87 do córrego. A conclusão da análise foi que ‘considera que as informações  
88 apresentadas são satisfatórias para o deferimento do processo de outorga’. Ela  
89 foi devolvida no CBH Velhas porque o Velhas entendeu que ‘o empreendedor  
90 possui responsabilidade da outorga solicitada’ e, ‘considerando que o  
91 empreendedor não compareceu para esclarecimentos sobre a mesma na  
92 reunião da CTOC, dessa forma o Comitê não se posicionou sobre esse  
93 processo’. Aí, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CTOC do CBH  
94 Velhas deliberou pela devolução do processo de outorga 3206. O  
95 empreendedor não foi, porque foi uma obra realizada antes da solicitação de  
96 outorga. Foi implantando em 2008, e eles solicitaram em 2009.” Conselheira  
97 Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu queria, primeiro, fazer algumas  
98 considerações sobre a apresentação. Eu vi no histórico que você colocou  
99 apenas o parecer que foi emitido em 2011. Se debruçarmos sobre o processo,  
100 nós vemos que, na verdade, o processo começa em 2009. E, já em 2009, houve  
101 um parecer também destacando a ausência de algum documento. Eu estou  
102 falando isso porque acho importante – tanto o IGAM quanto todos nós que  
103 estamos aqui na gestão – que tenhamos em mente que essa gestão não pode  
104 acontecer em 2017 de um processo que está tramitando desde 2009. E trazer  
105 isso como histórico é importante para que possamos também remodelar essa  
106 gestão que está sendo feita aqui, seja pelos órgãos, seja por nós, conselheiros,  
107 enfim, como uma contribuição mesmo. E, como o Giacomini falou, nós estamos  
108 diante de uma reunião que foi marcada de um processo que está em curso  
109 desde 2009. Teve um parecer lá em 2009. Então, de um processo que começou  
110 em 2009. Em 2009 ele teve um parecer, mas que destacou a ausência de um  
111 documento que só um ano depois foi cobrado do empreendedor. Então, tem um  
112 histórico longo de falhas, seja do órgão, que demorou um ano, por exemplo,  
113 para notificar o empreendedor da ausência de documentos, seja do  
114 empreendedor, como no CBH. Eu posso estar enganada. Tem alguém aqui  
115 representando o empreendedor? De novo, não. Então, um descaso que, talvez,  
116 esteja levando a essa morosidade. Você trouxe a questão do CBH Velhas, que  
117 eu acho que, de uma forma muito coerente, entendendo que cabe não só ao  
118 IGAM, mas também ao empreendedor a resposta de alguns esclarecimentos,  
119 que eu acredito que o CBH Velhas tinha. E, sendo afluente do CBH, eu acho  
120 isso importantíssimo. Considerando que o empreendedor não compareceu para  
121 os esclarecimentos a essa mesma reunião da CTOC do CBH Velhas e não  
122 compareceu também aqui, eu acho isso um descaso. Eu acho que substituir

123 isso e passar por cima, inclusive, disso que foi a deliberação do CBH velhas, na  
124 minha opinião, é apressado e retira daquele órgão também o poder,  
125 exatamente, de controle de gestão que ele quis explicitar deixando de fazer a  
126 análise. Em razão disso, o meu encaminhamento é no sentido de que isso  
127 também seja retirado de pauta, que seja dada uma última oportunidade para o  
128 empreendedor vir fazer os esclarecimentos. E solicitando também ao CBH que  
129 compareça a esta Câmara para também nos esclarecer quais são os  
130 esclarecimentos que eles tinham em mente. Eu também tinha aqui algumas  
131 questões para trazer. Eu vi que, por exemplo, a tabela de como foi realizado o  
132 estudo de vazão é de 1975. Pelo empreendedor. E aí eu fiquei pensando que,  
133 na questão da urbanização agora, isso pode ser uma tabela... Eu posso estar  
134 equivocada. 'Para encontrar o valor do Coeficiente de Escoamento Superficial  
135 foi utilizada a tabela de Villela (1975)'. Eu fico pensando que a questão da  
136 drenagem superficial, quando tem uma urbanização que já se consolidou na  
137 área, isso deve ter algum tipo de relevância. Eu teria outros esclarecimentos  
138 para fazer também, mas com o empreendedor. Eu queria entender um pouco  
139 mais de onde se encontra essa área, principalmente porque eu sei que tem ali a  
140 mata do Jambreiro, a serra do Rola Moça. Mas, diante da ausência aqui, fica  
141 prejudicado. E por isso as minhas considerações são no sentido de retirar,  
142 intimar o empreendedor, pela última vez, a comparecer para prestar os  
143 esclarecimentos, convocando também o CBH Velhas. Para que tanto o CBH –  
144 que diz que tem esclarecimentos que gostaria que fossem esclarecidos –  
145 quanto também o empreendedor nos deem essa oportunidade. E por último eu  
146 acredito que, analisando esse processo de uma estrutura que já está instalada,  
147 ver qual postura que nós podemos sugerir como gestão para que um processo  
148 inicie e depois seja executado sem que consigamos dar uma resposta. É esse o  
149 meu encaminhamento.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Vendo o relato  
150 do Fonasc, da Patrícia Generoso, eu acho que é intempestivo o  
151 encaminhamento que ela pede para que seja dado nesse processo. O que  
152 acontece? Esse já é um empreendimento consolidado. Eu entendo que o que  
153 tinha que ser feito já foi feito, está sendo feito, está sendo realizado. Eles estão  
154 regularizando a situação da outorga. O empreendimento já está lá, ele é  
155 consolidado. O empreendimento é de 1970 e qualquer coisa. Então, eu vejo que  
156 não tem por que não deliberarmos porque o empreendedor não está aqui. Isso  
157 não é justificativa, eu não posso concordar com isso. Independente se ele esteja  
158 ou não, com os documentos, com o material que nós temos, nós temos que  
159 deliberar. Nós não podemos prejudicar o empreendimento porque o dono do  
160 empreendimento não está aqui. Eu acho que não é por aí.” Conselheiro Antônio  
161 Giacomini Ribeiro: “Odorico, eu entendo o seu posicionamento, porque está  
162 consolidado. Assim como tem muita coisa consolidada de maneira errada. Mas  
163 o fato de estar consolidado não é, então não precisa nem fazer outorga, é só  
164 consolidar. Por que passar? Já está lá. Está entrando em processo de  
165 regularização, mas esse argumento de dizer que já está regularizado e por isso

166 ‘vamos deixar como é que está para ver como é que fica’, não é por aí. É o que  
167 se faz, na verdade. A maior parte dos poços de água subterrânea no Estado de  
168 Minas Gerais é assim. Primeiro se fura, depois vai lá pedir outorga. Faz os  
169 testes de vazão – o Carlos Alberto sabe muito bem disso –, às vezes não dá  
170 bem, ‘mas já está furado, então vamos tocar em frente’. Não é assim. Então, a  
171 prática está errada. Eu estou dando um exemplo, e ocorre por aí, em todo tipo  
172 de empreendimento. Então, eu acho que o argumento tem que ir por outra linha  
173 também, ver se realmente o projeto está bom. Ele tem, inclusive,  
174 questionamento aqui. Eu estava vendo o relatório técnico, a conclusão dele não  
175 é uma conclusão positiva. Por exemplo, ele indica que, no início do trecho, a  
176 velocidade medida foi de 13,24 m<sup>3</sup>/s, e o recomendado pela Sudecap é de 12  
177 m<sup>3</sup>/s. A velocidade dentro da galeria. Então, tem uma inconformidade aí. Fazer  
178 o quê? Mas o órgão gestor concordou, foi parecer favorável. Ou isso não é  
179 relevante? É a conclusão do relatório técnico apresentado pela empresa. Tem  
180 relevância.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Eu ia concordar  
181 exatamente nesse ponto, ou seja, independente de o empreendedor estar aqui  
182 ou não, eu acho que o que nós podemos fazer é avaliar os questionamentos  
183 com o IGAM, porque ele sugeriu o deferimento do processo. Se todos  
184 concordarem, nós podemos frisar, inclusive, esse questionamento do Giacomini.  
185 Porque o fato de estar consolidado ou não, realmente, eu concordo com o  
186 Giacomini que realmente não é motivo para aprovarmos ou não, mas nós temos  
187 o órgão gestor aqui falando e sugerindo o deferimento da outorga.” Conselheiro  
188 Antônio Giacomini Ribeiro: “Entre os colegas aqui, tem alguém que é  
189 especialista em estruturas hidráulicas, de escoamento, canalização?”  
190 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Nós não estamos falando de  
191 estrutura.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu estou falando isso, eu  
192 estou falando da conclusão do relatório técnico. Por isso eu queria saber se tem  
193 algum especialista nisso aqui. Porque o relatório técnico do empreendedor  
194 identifica uma inconformidade. Simples assim. Está aqui. Por isso estou  
195 perguntando se tem algum especialista, se poderia avaliar se essa  
196 inconformidade compromete o empreendimento no médio prazo, no longo  
197 prazo, por exemplo.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Este processo  
198 aqui hoje já é um equívoco, conforme muito bem alertou o Giacomini. E nós  
199 vamos prolongar o equívoco levantando discussões. Pelo que eu me lembro, lá  
200 na Câmara Técnica do Velhas, as obras já foram todas concluídas há muito  
201 tempo. Não é isso? Então, pelo decurso de prazo, por tudo o que foi falado, eu  
202 acho que não cabe mais discussão. E eu queria também aproveitar a boa  
203 impressão de uma gestão, que são coisas pequenas como essa. Se eu  
204 estivesse dentro do IGAM, eu sugeriria que, no dia que tivessem mais coisas  
205 para a Câmara julgar e avaliar, deveriam vir para cá. Porque eu estou deixando  
206 uma porção de coisa para fazer lá na minha sala, no meu escritório. Já estive  
207 aqui pela manhã, já estive lá no Comitê do Velhas mais de manhã ainda. Eu  
208 estava querendo sugerir que encerrássemos essa discussão e votássemos de

209 acordo com o parecer técnico. Não tem porquê continuar a falar de uma coisa  
210 que já morreu.” “Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e  
211 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Só prestar alguns  
212 esclarecimentos. Primeiro à Patrícia, que faz uma consideração sobre a questão  
213 de ocupação do solo levando em referência a metodologia desenvolvida pelo  
214 Villela em 1975. Essa metodologia para estabelecer o coeficiente de  
215 escoamento superficial direciona você estabelecer as diretrizes e os parâmetros  
216 da bacia para estabelecer o valor. Então, indiferente se o mundo mudou de 75  
217 para cá, a metodologia para se definir é a mesma. Independente de 75 ou  
218 posterior. Outra questão é que a DN 31 não estabelece, em nenhum momento  
219 está explícita a obrigatoriedade de o empreendedor estar presente para o  
220 processo dele ser deliberado. Quem defende o parecer aqui é o IGAM, é isso  
221 que está definido na norma. O subsídio, tanto para o CBH Velhas quanto para a  
222 CTIG e o Conselho, provem do parecer do IGAM, que deve observar os quatro  
223 pontos especificados na DN 31 para fazer as suas considerações também em  
224 cima do parecer. Então, o CBH Velhas abriu mão, o que é um direito dele.  
225 Porque ele tem um prazo estabelecido. Abriu mão do prazo. Suplementarmente,  
226 é o Conselho que vem atuar. O Daniel me corrija em nível procedimental.  
227 Quanto à questão da recomendação da Sudecap, cabe colocar que a Sudecap  
228 não tem qualquer papel regulador ou mesmo de atuação no município de Nova  
229 Lima, ela é a Superintendência de Desenvolvimento da Capital e faz como  
230 recomendação. Nós estamos discutindo um processo que é de Nova, e ainda  
231 que a Sudecap não tem papel regulador. Se estivesse fazendo analogia com  
232 alguma norma da ABNT, que é uma norma estritamente técnica, ou ente  
233 regulador ao nível dessa operação, claro, ele não poderia se abster disso. Outra  
234 questão, Patrícia que você colocou, sobre o prazo do processo. Infelizmente,  
235 nós escutamos isso com muita tristeza, por nós, de termos que engolir a  
236 realidade. Isso é um passivo. Nós também temos que dar a cara a tapa que isso  
237 é um passivo. E esse passivo vem junto com aquele processo do Inhotim que  
238 vocês devem lembrar, que foi deliberado aqui, que foi um processo que estava  
239 quase que perdido. O que seria quase um crime perder um processo dentro do  
240 órgão. Foi encontrado, e nós trouxemos à deliberação. Nós temos que assumir  
241 isso. Eu concordo com você que demorar oito anos para dar uma resposta para  
242 alguém é inaceitável.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Mais alguma  
243 ponderação? Então, pelo que eu percebi, nós temos aqui duas situações. A  
244 primeira situação é de uma baixa em diligência solicitada pela Patrícia, para que  
245 o Comitê do Velhas... Para que eles possam estar vindo aqui e estar explicando  
246 o porquê desse encaminhamento. E o outro ponto seria analisarmos o processo  
247 de outorga. São duas sugestões. Deliberar. Então, eu vou colocar em votação  
248 primeiro a sugestão da Patrícia. Quem for de acordo com a sugestão da  
249 Patrícia...” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Presidente, me perdoa,  
250 mas não vai a plenário, é decisão do presidente da mesa. A baixa em diligência  
251 é decisão da mesa.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Nesse caso

252 aqui, no caso da CTIG – me corrijam se eu estiver errada –, vai a plenário, sim.  
253 Só no caso do CERH é que é da mesa. Já aconteceu isso aqui de outra vez, eu  
254 achei que eu tomava a decisão, e aí falaram ‘não, você tem que colocar em  
255 votação’.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento  
256 de Recursos Hídricos/IGAM: “Eu posso só fazer uma questão de ordem? É só  
257 porque, para ser baixado em diligência, é porque qualquer esclarecimento  
258 perante o processo não possa ser efetuado na reunião. Para ser baixado em  
259 diligência para que, dentro de um prazo hábil, possam ser apresentadas essas  
260 considerações para que tenha o subsídio adequado para essa situação. Há  
261 qualquer informação que não está colocada dentro da competência do processo  
262 de outorga para que seja baixado em diligência? A primeira avaliação é essa,  
263 antes de colocar em avaliação.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga:  
264 “Entendi. Então, deixa eu reformular a pergunta. A primeira pergunta é a  
265 seguinte: existe algum questionamento por parte deste plenário que não tenha  
266 sido respondido pelo corpo técnico do IGAM? Quem tiver algum questionamento  
267 que se posicione.” Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “O  
268 esclarecimento já está formulado através do CBH, que encaminhou, através de  
269 um ofício, isso. E eu, como Fonasc, estou aqui ratificando o pedido do CBH. Eu  
270 acho importantíssimo que haja oportunidade, principalmente do Comitê que faz  
271 a gestão do afluyente, para que possa ser respondido nos esclarecimentos que  
272 ele pontuou.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Ele responder ou ele  
273 esclarecer?” Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Ele ser  
274 respondido; o Comitê.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Porque o  
275 Comitê não foi respondido? É isso que você quer dizer?” Conselheira Patrícia  
276 Generoso Thomaz Guerra: “Pelo ofício que foi encaminhado, o motivo de estar  
277 sendo encaminhado para cá é exatamente porque o CBH Velhas tinha alguns  
278 esclarecimentos para serem feitos com o empreendedor e que não puderam ser  
279 realizados, em razão da ausência do empreendedor. Eu continuo entendendo  
280 que isso já é um documento que já está expresso, já é um esclarecimento que  
281 já está solicitado através de um documento contido no processo e que eu estou  
282 aqui ratificando como membro deste Conselho. A outra coisa que talvez você  
283 pudesse me esclarecer é que a saída – pelas fotos, até considerando a  
284 informação do Giacomini, de velocidade – você mostrou que era só a estrutura,  
285 mas eu não vi se tinha escadas. Isso é saída ou já é o curso natural? Eu queria  
286 saber se tem alguma medida, inclusive, de redução de velocidade pós-  
287 construção.” Lucas Martins Sathler Berbert/IGAM: “Aqui é o final da galeria.  
288 Aquilo que você está vendo é um dissipador de energia bem em frente a essa  
289 galeria. A água que sai ali, quando está com maior velocidade, bate nessa  
290 parede e depois vem para cá. Tem esse dissipador. E embaixo depois não tem  
291 mais nada, são só pedras. Mas o dissipador de energia que tem é esse, essa  
292 parede, que deve ter 1,5 m de altura, o mesmo tamanho da galeria.”  
293 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu acho que seria  
294 importantíssimo se entendêssemos se isso, inclusive, é suficiente. Apesar de a

295 Sudecap não ser o órgão de gestão, eu acho importantíssimo que a gestão se  
296 faça com todas as pessoas interessadas a dar algum tipo de contribuição,  
297 independe de ser ou não gestão do município. Eu acho que desprezar uma  
298 informação dessa natureza, para mim, é um pouco precipitado.” Thiago  
299 Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos  
300 Hídricos/IGAM: “Eu vou fazer dois esclarecimentos aqui. Quem dá  
301 esclarecimento técnico da hidrologia do processo é o IGAM, porque é ele que  
302 elabora um parecer com a recomendação. Outra questão: o Lucas participou da  
303 reunião no CBH Velhas, e o esclarecimento era por que eles entraram com o  
304 processo já com a estrutura implantada. Só para ficar claro isso. Isso foi o que  
305 aconteceu na reunião do CBH Velhas. Agora, eu ainda não vi qualquer  
306 motivador nesta reunião que tenha demonstrado carência de informação de  
307 qualquer um dos que questionaram aqui. E nós estamos à disposição para  
308 prestar qualquer esclarecimento.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo:  
309 “Por favor, volte à apresentação. Eu só tenho essa dúvida. ‘Que não se  
310 responsabiliza’. ‘Cabe esclarecer que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
311 não possui responsabilidade técnica sobre os projetos do Sistema de Controle  
312 de Enchentes liberados para implantação, sendo que a execução, operação e  
313 comprovação da eficiência desses é de inteira responsabilidade da própria  
314 empresa...” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e  
315 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Quer um esclarecimento simples  
316 sobre isso? Drenagem pluvial é o maior fator que acarreta problemas de  
317 enchentes, e o Estado de Minas não outorga drenagem pluvial analogamente.  
318 Quem faz drenagem de outorga pluvial são um Estado e um Distrito no Brasil,  
319 que são os maiores agravadores de enchentes, que são o Rio Grande do Sul e  
320 o Distrito Federal. Nós avaliamos a estrutura perante a condição atual, pelas  
321 informações hidráulicas da operação. A enchente ocorre não só pela estrutura.  
322 Há fatores externos, que aí nós não temos responsabilidade.” Conselheiro  
323 Flávio Pimenta de Figueiredo: “Mas à frente já faz a vazão de pico. A vazão de  
324 pico é 10,08 m<sup>3</sup>/s, e exporta 23,20. Vazão máxima de pico. Se tem, por  
325 exemplo, duas vezes mais a vazão de pico, por que essa não  
326 responsabilidade?” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e  
327 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Nós não nos responsabilizamos  
328 porque o mundo é dinâmico. Um dos grandes problemas hoje que afetam  
329 grandes inundações se chama coleta de lixo. Discutimos isso muito no CBH do  
330 Rio das Velhas. Há vários problemas em que os problemas de inundação  
331 ocorrem em regiões onde a coleta de lixo é precária. Não é a estrutura que é  
332 ruim ou mal dimensionada, há um problema de entorno ali, em que ocorrem  
333 vários problemas. Como em Ribeirão das Neves, estávamos discutindo uma  
334 canalização, e o problema era esse. Mesmo passando o dobro, tendo a  
335 capacidade de suporte do dobro, nós não somos responsáveis.” Conselheiro  
336 Flávio Pimenta de Figueiredo: “Esses dados foram apresentados por quem?”  
337 Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de



338 Recursos Hídricos/IGAM: “Por engenheiro com responsabilidade técnica junto  
339 ao Crea. Isso é de escolha da empresa. Se é da empresa ou um terceiro, a  
340 responsabilidade da escolha cabe a ela. Mas a responsabilidade civil e criminal  
341 cabe a outros entes apurarem, na ocorrência de um evento.” Conselheiro Flávio  
342 Pimenta de Figueiredo: “Ok. Tirou minha dúvida. Obrigado.” Conselheira  
343 Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu acho que foi muito feliz o seu pedido,  
344 porque era exatamente isso que eu queria trazer. A análise técnica. Embora  
345 reconheça que a responsabilidade técnica é do empreendedor – você trouxe  
346 aqui, inclusive, a questão de as informações serem prestadas pelo  
347 empreendedor –, nós estamos diante de uma impossibilidade de aferir qualquer  
348 dúvida e qualquer questão. Isso, para mim, é decisivo, principalmente porque  
349 me chamou a atenção a escolha de uma palavra nas considerações finais do  
350 parecer. ‘Considerando como satisfatórios os estudos apresentados pelo  
351 empreendedor, para efeito de uma comparação e compreensão dos estudos  
352 apresentados, a equipe técnica realizou um estudo resumido para identificar a  
353 vazão de pico do projeto’. Então, eu fiquei sem entender o que significava isso  
354 de estudo ‘resumido’. E junto com isso que é padrão de o empreendedor falar  
355 que a responsabilidade técnica é da empresa. E com isso também o pedido do  
356 CBH Velhas de ter a possibilidade de esclarecimento com o empreendedor.  
357 Então, essas considerações que eu queria trazer e solicitando que isso  
358 constasse da ata.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e  
359 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Eu posso até falar que a palavra  
360 ‘resumido’ está até infeliz, porque todo o estudo hidrológico, até para uma bacia  
361 muito pequena, de menos de 1 km<sup>2</sup>, foi realizado. E, por serem informações  
362 prestadas pelo empreendedor, eu não compreendo a discussão, porque todos  
363 os processos de regularização ambiental e outorgas são de informações  
364 prestadas pelo empreendedor. O projeto de dimensionamento básico.”  
365 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Se alguém tivesse conhecimento de  
366 hidráulica. Para ficar bem atento na conclusão do relatório técnico, item 7.  
367 Porque afirma, no início, que no trecho inicial, com 28 m de extensão e  
368 declividade 6,6%, deu uma velocidade de 13,24. Embora esse parâmetro da  
369 Sudecap não seja legal, ele quer dizer alguma coisa, que está acima daquilo  
370 que por aí, na região, na capital, excede. Se juntar com aquele dado inicial de  
371 que a vazão máxima, pelo coeficiente da equação, dá 10, e está dimensionado  
372 para 23, significa que ele deveria, na máxima, passar pelo menos 50% do tubo.  
373 Só que, como ele tem uma declividade muito acentuada no início, essa água  
374 ganha uma velocidade tal que, chega ao final, lá no trecho final, a jusante da rua  
375 Ipê Amarelo, a lâmina d’água alcançou 82% da seção transversal. Veja a  
376 importância disso aí. Demorou para cruzar as informações. Metodologicamente,  
377 usou a equação racional para dimensionar. Ele pegou justamente nesse ponto  
378 da declividade. Porque entra com uma velocidade tão alta que vai causar uma  
379 pressão lá embaixo que aumenta o preenchimento da tubulação. Então, tem  
380 que prestar atenção.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e

381 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Só para colocar. A entrada de  
382 vazão ocorre porque ele tem uma declividade muito mais alta no começo com o  
383 nível de escoamento. Mas nós temos que verificar que também tem duas  
384 questões. A partir do momento que tem alta declividade, o início da intervenção,  
385 depois ele começa a ter uma redução de declividade, e ainda, no final, ele tem  
386 um efeito de quebrar a velocidade. A estrutura que o Lucas mostrou ali, um  
387 dissipador de energia. Então, por isso, por um remanso que ele causa, ele faz  
388 essa acumulação, comprometendo maior percentual da estrutura, que é  
389 cilíndrica. Então, é uma questão até de segurança, porque a água vai sair com  
390 uma velocidade do curso d’água natural menor. Então, em nível de impacto de  
391 jusante, tem um impacto menor. Seria muito mais temerário se fosse uma  
392 estrutura ao contrário, que entrasse com uma declividade menor e acabasse  
393 com uma velocidade maior, que levaria uma estrutura de arrasto, no final, muito  
394 grande. Então, ele faz o oposto: entra com maior velocidade e sai com menor.  
395 Então, o impacto de jusante é mitigado por isso.” Conselheiro Antônio Giacomini  
396 Ribeiro: “Inclusive, onde recebe o impacto lá no córrego é todo um leito rochoso,  
397 não há erosão nem nada.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Então,  
398 senhores, só para podermos alinhar corretamente, eu queria colocar primeiro  
399 em votação aqui quem aprova o pedido de diligência de acordo com o solicitado  
400 pelo Fonasc. Para vermos que encaminhamento nós vamos dar. Quem aprova  
401 se manifeste. Então, nós vamos continuar a análise do processo, porque  
402 tiveram somente dois votos – voto do Fonasc e voto da UFMG – para a baixa  
403 em diligência. Então, nós vamos continuar com o processo de avaliação da  
404 outorga. Correto? Mais alguma dúvida? Então, eu vou colocar o processo em  
405 votação. Quem estiver a favor da concessão da outorga do empreendimento  
406 EPO – Empreendimentos, Participação e Obras Ltda., no município de Nova  
407 Lima, Minas Gerais, processo de outorga 3206/2009, canalização do córrego  
408 Estrangulado, para fins de urbanização, que permaneça como está. Outorga  
409 concedida, com dois votos contrários – Fonasc e UFMG – e uma abstenção, do  
410 Giacomini, da Angá. Ok. Processo aprovado, outorga deferida.” **4) ASSUNTOS**  
411 **GERAIS**. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira recomendou que sejam  
412 marcadas reuniões da CTIG apenas quando houver, no mínimo, quatro  
413 processos em pauta, com o objetivo de serem otimizados os trabalhos. A  
414 presidente Irary Maria de Lourdes Braga afirmou que a consideração do  
415 conselheiro será avaliada, mas ponderou em relação à longa espera do  
416 empreendedor para ter seus processos pautados após todos os trâmites  
417 necessários. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou que a pauta  
418 desta sessão poderia ter sido agregada à pauta da reunião da próxima terça-  
419 feira. A presidente Irary Maria de Lourdes Braga informou que solicitou o  
420 cancelamento desta reunião e que se marcasse para a próxima terça-feira, mas  
421 foi informada pela Secretaria Executiva de que alguns conselheiros já estavam  
422 com passagens compradas. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro propôs  
423 que a Câmara passe a ter pautas mais propositivas e apresentou sugestões.

424 “Nós estamos tratando de instrumentos de gestão e deveríamos colocar à mesa  
425 e criar uma pauta de discussão, questionar as normas vigentes, inclusive, tentar  
426 melhorar todo esse processo. O papel da Câmara é não apenas apoiar o  
427 Plenário do Conselho, mas, de acordo com o regimento da CTIG, ela tem que  
428 cuidar desses instrumentos e propor. Nós temos muitos problemas e temos  
429 pautas cheias só com problemas que temos na região do Triângulo Mineiro. Eu  
430 sugiro a questão de posto tubular profundo quanto a vazão para irrigação em  
431 pivô central, que está tendo problemas na região do Triangulo Mineiro.” O  
432 conselheiro Odorico Pereira de Araújo ponderou que “as últimas outorgas que  
433 chegaram à CTIG derivam de problemas estruturais dos Comitês de Bacias”,  
434 que não fizeram as deliberações de outorga de sua competência, que tiveram  
435 que ser remetidas a esta Câmara. Sugeriu, nesse sentido, um alinhamento do  
436 IGAM com os Comitês no sentido de orientação dos procedimentos.  
437 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu queria só lamentar o  
438 desligamento da Fátima, do IGAM. Me parece que já é uma situação  
439 consolidada. A Faemg entende que ela estava fazendo um belíssimo trabalho,  
440 e, qualquer que tenha sido o motivo, nós lamentamos a saída dela.” Thiago  
441 Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos  
442 Hídricos/IGAM comunicou que o Estado está trabalhando no sentido de  
443 viabilizar o cadastro de empresas perfuradoras de postos subterrâneos,  
444 conforme estabelecido no decreto que regulamenta a Política Estadual de  
445 Recursos Hídricos. “Nós estamos caminhando para ter um controle efetivo em  
446 cima disso. Além de monitoramento, posto de baixa vazão, foi aprovada a DN  
447 de áreas de restrição, e essa DN vai atuar nesse sentido, estabelecer as áreas  
448 de superexploração, estabelecer regime de bombeamento, estabelecer  
449 monitoramento. Cabe agora o acompanhamento da efetivação da DN.”  
450 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu queria complementar e ser mais  
451 rigoroso ainda, para se fazer registro da perfuratriz como se faz com  
452 motosserra, na polícia ou qualquer coisa do gênero, porque a perfuratriz é uma  
453 arma contra a água subterrânea, não é a favor. Um poço sem critério, além de  
454 exaurir, de uma maneira indevida, o aquífero, está contaminando, é uma porta  
455 para contaminação. Então essa questão é muito mais séria do que se imagina.”  
456 Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Nesta semana, teve o seminário na  
457 CTPLAN, justamente discutindo essa questão dessas restrições. E uma coisa  
458 que me chamou muito atenção foi uma palavra do professor Bruschi na parte de  
459 água subterrânea, em que ele destaca três níveis: a água sob pressão  
460 atmosférica; uma água intermediária, confinada; e outra mais baixa. E mostra a  
461 questão do tempo de recuperação. A água mais profunda demora cem anos  
462 para recuperar. Então imaginem onde nós estamos. Quando estamos discutindo  
463 a questão de restrição, nós estamos pensando no futuro, na sustentabilidade de  
464 gerações futuras.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Eu considero que  
465 o Giacomini foi extremamente feliz em dizer que deveríamos ter uma pauta mais  
466 propositiva, o que eu acho que sempre buscamos em relação ao IGAM.

467 Inclusive, o GT de Recursos Hídricos da Fiemg fez uma carta ao governador  
468 solicitando o fortalecimento do IGAM, e um dos pleitos que consideramos que  
469 vai dar mais força para a gestão da água é a informação. Sempre buscamos e  
470 solicitamos um sistema informatizado, que coloque as informações de outorga  
471 de forma dinâmica, um monitoramento dinâmico. A transparência de informação  
472 vai permitir gestão, reduzir conflito e colocar realmente o que está acontecendo,  
473 inclusive para evitar o embate com o empreendedor. Então essa pauta deveria  
474 ser colocada também, o que o IGAM busca fazer para um sistema de  
475 monitoramento avançado, com georreferenciamento, com informação  
476 atualizada, o que, inclusive, foi uma demanda do PUA, que tivesse um sistema  
477 informatizado. Essa pauta é mais importante para começarmos a visualizar uma  
478 gestão. Caso não tenha, talvez a CTIG buscar um pleito para que gere esse  
479 instrumento para o Estado.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu  
480 quero sugerir que vocês coloquem isso no e-mail, para submetermos ao IGAM,  
481 e que o IGAM transforme em uma pauta. Esse pleito de sistema de dados para  
482 a gestão, desde 2009, estamos escutando isso e estamos pleiteando isso. Eu  
483 sei que estão fazendo alguma coisa, então que mostrem o que tem sido feito.”  
484 Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Essa quantidade de perfuração de  
485 poços, indiscriminadamente, realmente é prejudicial para a água subterrânea.  
486 Na Abas, nós temos batalhado muito em cima disso, e eu acho que tudo passa  
487 pela legalidade. Realmente, há uma falta de critério que vai trazer sérios  
488 problemas. Agora, cada caso é um caso, cada aquífero é um aquífero diferente.  
489 E se você está estranhando cem anos, tem águas muito mais profundas, que  
490 levam séculos para retornar à superfície, para retornar o ciclo hidrológico.”  
491 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Dentro desse contexto que estamos  
492 discutindo, nós estamos avançando um pouco dentro da bacia do rio das  
493 Velhas. Nós assinamos um termo de parceria dentro do programa ‘Revitalize  
494 Rio das Velhas’. Não podemos ficar só esperando o órgão do Estado resolver  
495 nossos problemas, nós temos que correr atrás deles. Diante disso, contratamos  
496 uma empresa para que fizesse levantamento dos maiores contribuintes da  
497 qualidade da água do rio das Velhas, e vamos apresentar para a diretoria e para  
498 a AGB Peixe Vivo. E aquelas empresas que estejam acima do permitido pela  
499 legislação nós vamos chamar para conversar e pedir para fazer um trabalho. E  
500 dar um prazo para que venham se adequar. O objetivo nosso é procurar  
501 melhorar a qualidade e a quantidade da água. Nós temos que passar a usar as  
502 universidades, fundos de investimentos, que não usamos. Temos que começar  
503 a pensar dessa forma. Temos que sair dessa retórica. A sociedade civil tem o  
504 seu papel, que eu acho que é importantíssimo, como os usuários e o Estado  
505 também têm seu papel. Nós temos que sentar à mesa e ver o que vamos fazer  
506 para resolver os nossos problemas.” **5) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros  
507 assuntos a serem tratados, a presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou  
508 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.  
509

510  
511  
512  
513  
514  
515

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Irany Maria de Lourdes Braga**  
**Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão**